

Restrição externa afeta País

MARISA CASTELLANI

Caso o governo resolvesse adotar políticas salariais mais distributivas e um programa social mais abrangente — inclusive com aumento de gastos sociais de 8,3 do PIB (1986) para 10,3% em 1990 —, seria perfeitamente viável sustentar taxas de crescimento econômico próximas a 6% ao ano. Isso, desde que, paralelamente, houvesse uma reforma fiscal para elevar a carga tributária líquida a níveis do início da década de 70.

Esta é uma das conclusões a que chegaram os economistas Winstan Fritsch e Eduardo Modiano, ambos da PUC do Rio, no trabalho. **A Restrição Externa ao Crescimento Econômico Brasileiro: Uma Perspectiva de Longo Prazo** que, depois de apresentado em versão preliminar na Universidade de Cambridge (Inglaterra), em abril, teve sua versão final concluída recentemente. No estudo, os dois economistas traçaram três quadros possíveis para políticas domésticas, baseados num modelo de consistência macroeconômica para simular trajetórias alternativas de crescimento para a economia brasileira até o ano 2000. Ao mesmo tempo, confrontaram esses quadros com situações de estabilidade e de eventuais choques no cenário internacional.

O primeiro cenário plausível de ação governamental foi chamado de "Manutenção dos Status Quo", em que os gastos do governo estão estabilizados com 7,5% do PIB, alcançados em 87 após ligeiro declínio com relação ao ano anterior. Os impostos líquidos também estão estáveis em 7% do PIB, o que representa um aumento de 10% sobre os de 86. A participação dos salários na renda nacional permanece estável em 36% (reflexo de redução do salário real médio de cerca de 5% em relação a 1986). Mantém-se ainda até o ano 2000 a baixa eficiência do investimento que caracterizou a primeira meta-

de da década de 80 (cerca de 16% do PIB).

O segundo cenário — "Reedição do milagre econômico" — experimenta os efeitos da recuperação da poupança pública através de uma reforma fiscal — os impostos atingiriam 13% do PIB em 1990 — que permitisse uma retomada



Fernando Bueno
Modiano: crescer quase 6%

dos investimentos próximos a de meados da década de 70.

Já o terceiro cenário doméstico, denominado de "Opção Social", comportaria uma reforma fiscal mais abrangente ainda — a receita do governo, em impostos, chegaria a 16% do PIB em 1990 — a aumentaria gradualmente, a participação dos salários na renda na-

cional, de 36% para 40% até 1990. Os gastos sociais aumentariam em 2% do PIB (0,5% ao ano) até o fim da década.

Fritsch e Modiano cruzam esses três cenários domésticos com outros dois internacionais de estabilidade a longo prazo — um "realista" e outro "otimista" — que têm como pontos comuns a estabilidade da taxa de câmbio do dólar em relação às principais moedas, a redução do déficit comercial norte-americano — que atenuaria as expectativas de pressões sobre a taxa de juros — a estabilidade do preço do petróleo, juros reais em torno de 3% e baixas pressões inflacionárias. Enquanto o cenário "realista" prevê crescimento econômico dos principais países desenvolvidos em 3%, o "otimista" aposta numa sustentação de 4% ao ano.

O resultado é que os dois cenários em que se simulam aumentos de poupança doméstica permitem sustentar razoáveis taxas de crescimento econômico, próximas a 6%, até o final do século.

No entanto, mesmo diante de quadros razoavelmente estáveis da economia internacional, concluem os economistas, a economia brasileira, sem novos empréstimos além do previsto de organismos oficiais, deverá crescer de forma modesta no ano que vem, conseguindo recuperar-se até o fim da década, mas sempre limitada pela disponibilidade de divisas. O crescimento brasileiro, nos anos 90, poderá ser restringido pela capacidade de acumulação de capital.

Modiano e Fritsch traçaram dois cenários plausíveis, um de choque financeiro — com o fim da confiança dos mercados financeiros em relação à possibilidade de reequilíbrio do dólar, o que geraria pressões para alta da taxa de juros nos EUA e efeitos depressivos no crescimento dos países industriais e do comércio internacional — e outro de choque de petróleo, como o agravamento dos conflitos no

golfo Pérsico e elevação do preço do barril para US\$ 25 em 1988. Neste cenário, a taxa de crescimento só poderia ser sustentada em torno de 2% ou 3% até 1990, isto é, 3% a 4% ao ano abaixo das taxas de crescimento possível nos dois outros cenários da estabilidade internacional (realista e otimista). As reservas seriam reduzidas a níveis próximos de US\$ 2 bilhões em 1988 e 1989, só voltando aos níveis atuais ao longo de 1990.

O efeito mais dramático ocorreria no cenário do choque financeiro: violenta recessão — queda de produto em torno de 4,8% — e perda total das reservas em 88, sem recomposição em 89 e possibilidade de ter de limitar o crescimento a menos de 4% ao ano para tentar recuperá-las, pelo menos um pouco, em 1990. Em cenário desse tipo, afirmam os economistas, a conclusão certa é de que o Brasil, sem novos créditos adicionais, seria obrigado à suspensão dos pagamentos da dívida externa, provavelmente sendo acompanhado por outros países.

Não deixa de ser interessante também outra conclusão de Fritsch e Modiano sobre a estratégia do governo em limitar as transferências externas reais a um máximo de 2,5% do PIB: nos dois cenários em que se simulam aumentos de poupança doméstica — "Reedição do milagre econômico" e "Opção social" —, essa estratégia passa a ser irrelevante para o crescimento no longo prazo, uma vez que a transferência de recursos cai de forma gradual, a partir dos níveis atuais, em cerca de 3%, já sendo inferior a 2,5% do PIB em 1991. A curto prazo, no entanto, ponderam ambos, a redução no pagamento dos juros ou amortizações ou ainda a obtenção de novos créditos seria benéfica sob o ponto de vista da restrição de divisas, possibilitando uma recomposição mais rápida de reservas e um espaço maior para o crescimento.

Rio-Agência Estado